

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Pilar 3

The logo for PAN, consisting of the letters 'PAN' in a bold, blue, sans-serif font. The letter 'A' is stylized with a curved underline that extends to the right.

4º TRIMESTRE – dezembro/2017

ÍNDICE

| | |
|---|----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL | 4 |
| 2.1. Objetivos e Estratégias..... | 4 |
| 2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital | 4 |
| 2.3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital | 5 |
| 3. BALANÇO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES | 7 |
| 3.1. Comparativo do Balanço Patrimonial..... | 7 |
| 3.2. Instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan | 9 |
| 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS | 9 |
| 4.1. RISCO DE CRÉDITO | 9 |
| 4.1.1. Definição | 9 |
| 4.1.2. Políticas e Estratégias | 9 |
| 4.1.3. Ciclo do Crédito..... | 10 |
| 4.1.4. Exposição ao Risco de Crédito..... | 11 |
| 4.1.5. Cessão, Venda e Transferência de Ativos..... | 14 |
| 4.1.6. Securitização..... | 14 |
| 4.2. RISCO DE MERCADO | 15 |
| 4.2.1. Definição | 15 |
| 4.2.2. Políticas e estratégias | 15 |
| 4.2.3. Determinação das carteiras <i>trading</i> e <i>banking</i> | 16 |
| 4.2.4. Modelos de Mensuração do Risco de Mercado | 16 |
| 4.2.5. Exposição ao Risco de Mercado | 17 |
| 4.3. RISCO DE LIQUIDEZ..... | 18 |
| 4.3.1. Definição | 18 |
| 4.3.2. Políticas e estratégias | 18 |
| 4.3.3. Plano de Contingência | 19 |
| 4.4. RISCO OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS | 19 |
| 4.4.1. Definições | 19 |
| 4.4.2. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional | 19 |
| 4.4.3. Processo de Gerenciamento de Risco Operacional e Legal | 20 |
| a. Etapas do Processo de Gerenciamento de Risco Operacional:..... | 20 |

| | | |
|-----------|--|-----------|
| b. | Etapas do Processo do Gerenciamento de Risco Legal: | 20 |
| 4.4.4. | Responsabilidades | 20 |
| a. | Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital | 21 |
| b. | Jurídico..... | 21 |
| c. | Área de Controle de Riscos Não Financeiros | 21 |
| d. | Gestores de Negócio / Suporte | 21 |
| 4.4.5. | Políticas Estratégicas | 21 |
| 4.5. | GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS..... | 22 |
| 4.5.1. | Gestão de Crises..... | 23 |
| 4.5.2. | Prevenção à crise:..... | 23 |
| 4.5.3. | Tipos de crise e definições | 24 |
| 4.6. | RISCO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS..... | 24 |
| 5. | GERENCIAMENTO DE CAPITAL | 25 |
| 5.1. | Acordo de Basileia III..... | 25 |
| 5.2. | Políticas e Estratégias | 26 |
| 5.3. | Patrimônio de Referência (PR) | 26 |
| 5.4. | Dívidas Subordinadas por prazo de vencimento..... | 27 |
| 5.5. | Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 27 |
| 5.6. | Requerimentos de Capital | 29 |
| 5.7. | Valor de Capital Mitigado..... | 29 |
| 5.8. | Projeções de Capital | 30 |
| 5.9. | Razão de Alavancagem (RA) | 30 |

1. INTRODUÇÃO

O Banco Pan S.A. ("Banco Pan") é uma das principais instituições financeiras de porte médio do Brasil. Desde 27 de maio de 2011, o Banco Pan é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), dois dos maiores grupos financeiros nacionais. Esta estrutura de controle agrega solidez financeira, reputação, altos padrões de governança corporativa e sinergias de negócios ao Banco Pan.

O Conglomerado Pan dispõe de portfólio variado de produtos e serviços. Atualmente, suas principais linhas de negócio são crédito consignado, financiamento de veículos e cartão de crédito.

OBJETIVO

O relatório de gerenciamento de riscos do Conglomerado Pan busca atender às diretrizes descritas no Pilar 3 de Basileia II, em consonância com a Circular BACEN 3.678/13 no que diz respeito à divulgação da estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de capital.

Neste documento, os termos "Conglomerado Prudencial Pan", "Conglomerado Pan", e "Conglomerado" referem-se ao conjunto de empresas: Banco Pan S.A ("Banco Pan"), Pan Arrendamento Mercantil S.A. ("Pan Arrendamento"), Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") e Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Pan Consórcio").

As informações presentes nesse relatório estão de acordo com a política interna que trata da divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante RWA¹ e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

As informações detalhadas sobre Gerenciamento de Riscos e Capital do Conglomerado Prudencial Pan estão descritas ao longo deste relatório e nas planilhas de apoio, Anexos 01 e 02, assim como nas Demonstrações Financeiras e Resultados do Pan. O acesso pode ser feito no site de Relações com Investidores: www.bancopan.com.br/ri.

¹ Parcelas de capital exigido para os riscos de crédito, mercado e operacional.

2. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

2.1. Objetivos e Estratégias

O gerenciamento de riscos consiste na identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, controle e reporte dos riscos inerentes à atividade bancária.

É de fundamental importância para o crescimento sustentável de qualquer instituição na busca de constantes retornos em níveis de risco aceitáveis por todos os *stakeholders*². Dessa forma, o gerenciamento de riscos precisa estar integrado à estrutura de governança e à estratégia de negócios da instituição, garantindo o envolvimento da Administração, o monitoramento e o controle das exposições aos riscos, assegurando que estes estejam dentro dos limites definidos.

2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Conglomerado Pan é composta pelas diversas áreas que participam do processo de gestão e controle de riscos com seus respectivos papéis e responsabilidades, os quais prezam pela segregação de funções, ao mesmo tempo em que buscam proporcionar sinergia entre as unidades, visando assegurar a efetividade do gerenciamento, respeitando os limites e apetite aos riscos definidos.

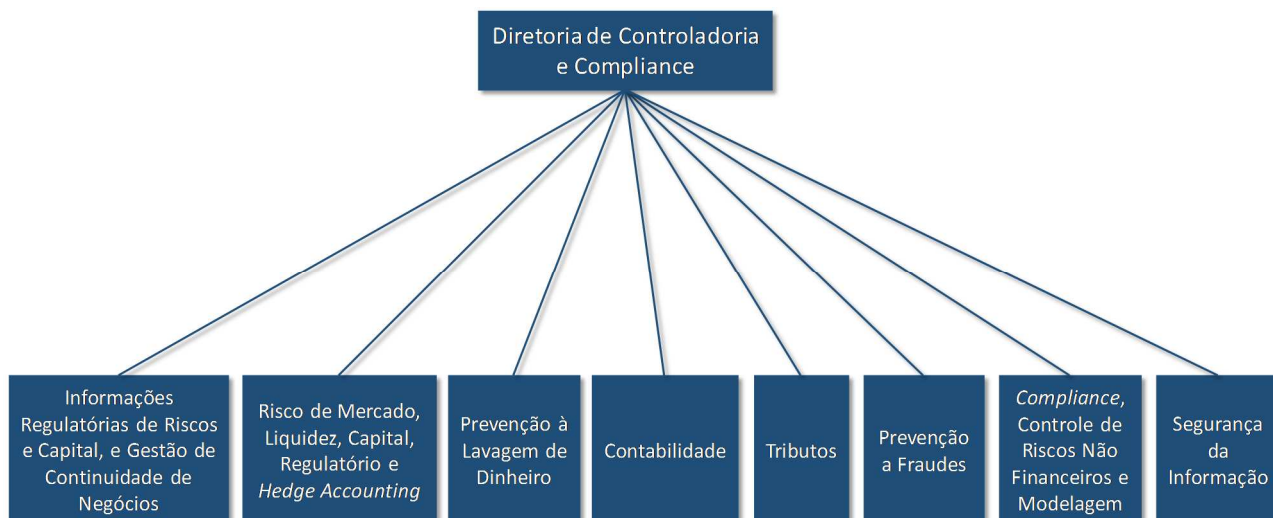
A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital se utiliza da governança estabelecida no Conglomerado Pan por meio de seus comitês e alçadas, assim como a normatização que suporta o processo de tomada de decisão. Os processos e sistemas que suportam e viabilizam a estrutura de gerenciamento de riscos e capital estão descritos nos normativos específicos para cada tipo de risco.

Dentro da governança de gerenciamento de riscos e capital, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é o órgão colegiado estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, responsável por avaliar e acompanhar a estrutura, o funcionamento e os resultados do gerenciamento de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial Pan.

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional de riscos e controles do Conglomerado Pan.

² Stakeholder: parte interessada nas atividades e decisões executadas pela instituição.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CONTROLADORIA E COMPLIANCE



2.3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

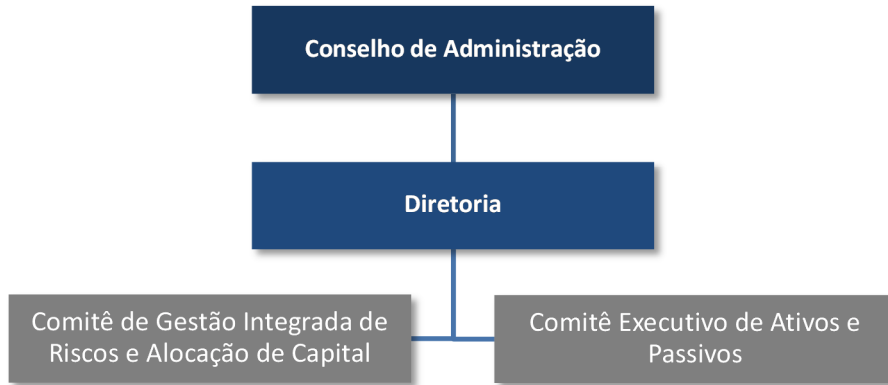
O gerenciamento de riscos e capital no Conglomerado Prudencial Pan é parte integrante do processo de gestão dos negócios. Compreende a identificação, avaliação, mensuração, mitigação e controle das exposições aos riscos, bem como a necessidade e utilização de capital. Deve ser realizado continuamente pelos gestores responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, de acordo com os preceitos contidos na Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital.

A gestão dos negócios no Conglomerado Prudencial Pan é realizada de forma a buscar sempre a otimização da relação risco-retorno e sua respectiva utilização de capital, visando um retorno sustentável para os acionistas e respeitando as alçadas, limites e critérios definidos no apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração da instituição líder do Conglomerado Prudencial Pan.

O Conglomerado Prudencial Pan utiliza ferramentas, metodologias e modelos, em linha com o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas, a fim de obter acurácia nos processos de avaliação e mensuração de riscos e capital e subsidiar, assim, a melhor tomada de decisão pelos gestores.

As áreas e os órgãos colegiados que formam a estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Conglomerado Prudencial Pan atuam conforme as políticas internas e governança corporativa do Banco Pan. Em particular, no que tange o gerenciamento de riscos e capital, tem-se as responsabilidades descritas a seguir:

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL



| | |
|--|--|
| Conselho de Administração | <ul style="list-style-type: none"> • Responsável pela definição e orientação geral para o gerenciamento de riscos e de capital do Banco Pan, inclusive a aprovação da estrutura de gerenciamento de riscos e capital, a política corporativa de riscos e capital, o apetite ao risco da instituição e os relatórios sobre a qualidade do gerenciamento de riscos e capital; • Garantir a existência e o monitoramento de mecanismos internos contínuos que assegurem o cumprimento de suas determinações em todos os níveis do Conglomerado. |
| Diretoria | <ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as alçadas definidas e outorgadas aos indivíduos e órgãos colegiados; • Assegurar que as alçadas atendam aos princípios e diretrizes corporativas definidas nas políticas internas, assim como seus instrumentos de controle e monitoramento. |
| Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir que o apetite ao risco e os limites associados existam e sejam cumpridos, agindo tempestivamente em caso de descumprimento; • Assegurar o cumprimento das políticas de áreas relacionadas, assim como a adequação da estrutura de gerenciamento ao nível de complexidade dos processos, produtos e sistemas do Conglomerado; • Garantir que modelos de mensuração de capital sejam adequados e alinhados ao nível de complexidade dos produtos do Conglomerado. |
| Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO) | <ul style="list-style-type: none"> • Revisar e acompanhar a situação de liquidez do Pan; • Analisar as movimentações das carteiras de crédito e captação evidenciando a liquidez do Pan, por meio da estrutura dos ativos e passivos e seus respectivos <i>gaps</i>; • Definir e assegurar que as estratégias de gestão do capital estejam em linha com a estratégia de negócios do Conglomerado, observado o apetite ao risco aprovado. |

3. BALANÇO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES

Nos próximos itens serão apresentadas as empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan, suas participações relevantes e o comparativo do balanço patrimonial.

3.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

R\$ milhares

| BALANÇO PATRIMONIAL | dez/17 | |
|--|-------------------|-------------------|
| | Prudencial | Publicação |
| ATIVO | | |
| Circulante e realizável a longo prazo | 25.361.549 | 25.650.584 |
| Disponibilidades | 10.714 | 10.748 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.032.983 | 1.032.983 |
| Titulos e valores mobiliários | 1.640.540 | 1.886.508 |
| Relações interfinanceiras | 26.484 | 26.484 |
| Operações de crédito | 16.388.784 | 16.388.784 |
| Operações de arrendamento Mercantil | 176 | 176 |
| Outros Créditos | 5.756.966 | 5.799.994 |
| Outros valores e bens | 504.902 | 504.907 |
| Permanente | 544.847 | 183.740 |
| Investimentos (f) | 364.815 | 379 |
| Imobilizado de uso | 27.690 | 27.690 |
| Intangível (e) | 152.342 | 155.671 |
| TOTAL | 25.906.396 | 25.834.324 |

| PASSIVO | Prudencial | Publicação |
|--|-------------------|-------------------|
| Circulante e realizável a longo prazo | 22.350.480 | 22.278.408 |
| Depósitos | 13.746.184 | 13.655.553 |
| Captações de mercado aberto | 1.591.487 | 1.591.487 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 2.249.555 | 2.249.555 |
| Relações interfinanceiras | 851.219 | 851.219 |
| Relações interdependências | 4.509 | 4.509 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 202.643 | 202.643 |
| Outras obrigações | 3.704.883 | 3.723.442 |
| Dívidas subordinadas (g) | 1.774.995 | 1.774.995 |
| Diversas | 1.929.888 | 1.948.447 |
| Resultados de exercicios futuros | 92 | 92 |
| Participação de acionistas minoritários | - | - |
| Patrimonio Liquido | 3.555.824 | 3.555.824 |
| Capital Social (a) | 3.460.732 | 3.460.732 |
| Reservas de capital (b) | - | - |
| Reservas de lucros (d) | 108.495 | 108.495 |
| Ajuste de avaliação patrimonial (c) | (13.403) | (13.403) |
| Prejuízos Acumulados (d) | - | - |
| TOTAL | 25.906.396 | 25.834.324 |

Obs: As letras fazem referência aos dados apresentados no Anexo I .

3.2. Instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial Pan

Segue abaixo resumo com o segmento de atuação, ativo total e o patrimônio líquido das instituições que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial Pan.

R\$ milhares

| CONGLOMERADO FINANCEIRO | | dez/17 | |
|--------------------------------|-------------------|-------------|-----------|
| INSTITUIÇÃO | Segmento | Ativo Total | PL |
| Banco Pan S/A | Financeira | 26.153.261 | 3.555.824 |
| Pan Arrendamento Mercantil S/A | Leasing | 466.676 | 350.907 |
| Brazilian Securities | Securizadora | 239.553 | 225.967 |
| Panamericano Adm. de Consórcio | Adm. de Consórcio | 65.297 | 45.068 |

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. RISCO DE CRÉDITO

Neste item são descritos os principais aspectos referentes à gestão do risco de crédito do Conglomerado Pan e apresentada a composição de suas carteiras.

4.1.1. Definição

Risco de crédito é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.

4.1.2. Políticas e Estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco de Crédito possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de crédito em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada nas três linhas de defesa, sendo as áreas de Crédito as primeiras responsáveis pela gestão e controle do risco, a área de Controle de Risco de Crédito atuando como uma segunda linha de controle, no que diz respeito à exposição aos riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As etapas presentes no processo de gerenciamento de riscos são: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte.

Os limites operacionais e os procedimentos de controle destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pelo Conglomerado são definidos, normatizados e

aprovados conforme as alçadas estabelecidas em sua governança corporativa. Os limites são aplicáveis às métricas de risco de crédito, que são mensuradas para operações sujeitas ao risco de crédito tanto individualmente quanto de maneira agregada (produto, região, setor, etc.), ou contrapartes com características semelhantes em cenários normais e em cenários de estresse.

Os relatórios com as informações relevantes sobre a gestão e controle do risco de crédito são elaborados e enviados à área de Crédito e à Diretoria do Conglomerado periodicamente.

No gerenciamento da exposição ao risco de crédito, de cada empresa individualmente ou do Conglomerado Prudencial, são utilizados sistemas e processos que abrangem todas as fontes relevantes de riscos.

As novas atividades e produtos que impliquem em alteração da exposição ao risco de crédito já adotado pelo Conglomerado devem seguir o processo de aprovação, no qual é realizada a identificação prévia dos riscos inerentes e a adequação dos procedimentos, controles e limites existentes ou a serem implantados no Conglomerado.

4.1.3. Ciclo do Crédito

Na estrutura do Pan, tanto na concessão como no gerenciamento de risco de crédito, na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos: empresas e varejo. O segmento de empresas é composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas, enquanto os demais segmentos são compostos de produtos destinados às pessoas físicas (Consignado, Cartões de Crédito, Crédito Direto ao Consumidor – CDC para aquisição de veículos).

a) Concessão

As unidades de crédito varejo têm como objetivos:

- Formular regras e procedimentos de concessão de crédito por meio da análise de dados históricos de operações performadas, utilizando informações demográficas, geográficas e comportamentais, adequando as regras e os procedimentos de acordo com as características próprias de cada modalidade de operação, estando sua implementação condicionada às decisões da Diretoria;
- Estabelecer alçadas de aprovação de crédito de acordo com os valores em risco envolvidos por cliente, sendo essas alçadas submetidas à aprovação da Diretoria;
- Verificar a adequação e suficiência de garantias para a mitigação do risco de crédito das operações.

O Pan tem como premissa básica para a concessão de crédito a análise da capacidade de caixa e da capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não são o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma:

VAREJO

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureau* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo BACEN.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado Pan, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito da carteira;
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza trabalhos regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Pan.

c) Cobrança e Recuperação

O processo de cobrança e recuperação de ativos tem como objetivo recuperar o saldo das operações que estejam em situação de atraso.

Dentro desse processo são executadas as atividades de cobrança dentro dos critérios e prazos estabelecidos, em conformidade com as determinações legais e normas internas aplicáveis, visando a excelência nos trabalhos de recuperação dos saldos devedores de clientes inadimplentes, seguindo princípios de ética, discrição e eficiência em suas ações.

No processo também há responsabilidade pela recuperação, controle e realização de garantias, além do acompanhamento comportamental de toda a carteira de recebíveis em situação de inadimplência, fornecendo à Administração diversos indicadores para subsidiar a tomada de decisões.

4.1.4. Exposição ao Risco de Crédito

I. Distribuição das operações de crédito por região geográfica, além do valor médio e total das exposições por trimestre.

R\$ milhares

| TIPO DE EXPOSIÇÃO DE ATIVOS ⁽¹⁾ | Total | | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | dez/17 | | | | | | set/17 |
| | SUL | SUDESTE | CENTRO-OESTE | NORTE | NORDESTE | TOTAL | TOTAL |
| CRÉDITO - Pessoa Física | 2.268.509 | 7.580.191 | 1.609.044 | 1.117.976 | 3.208.093 | 15.783.813 | 15.498.488 |
| Imobiliário | - | 671.849 | - | - | - | 671.849 | 700.539 |
| Consignado | 982.947 | 2.651.536 | 844.800 | 779.320 | 1.879.531 | 7.138.134 | 7.101.661 |
| Veículos e Arrendamento Mercantil | 1.006.214 | 2.982.671 | 512.923 | 187.546 | 731.831 | 5.421.186 | 5.193.821 |
| Cartão de Crédito | 246.559 | 1.083.761 | 222.224 | 133.369 | 552.326 | 2.238.238 | 2.145.093 |
| Outros | 32.789 | 190.374 | 29.097 | 17.740 | 44.405 | 314.406 | 357.374 |
| CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽²⁾ | 173.678 | 1.829.844 | 298.626 | 53.377 | 227.809 | 2.583.334 | 3.029.293 |
| Investimento | 9.563 | 334.491 | - | - | - | 344.054 | 433.637 |
| Importação e Exportação | 26.543 | 11.294 | - | 28.236 | 8.767 | 74.841 | 133.978 |
| Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida | 94.907 | 784.473 | 280.349 | 8.499 | 174.647 | 1.342.876 | 1.583.219 |
| Outros | 42.665 | 699.585 | 18.277 | 16.641 | 44.395 | 821.564 | 878.459 |
| TOTAL | 2.442.187 | 9.410.035 | 1.907.670 | 1.171.353 | 3.435.902 | 18.367.147 | 18.527.781 |
| | Média | | | | | | |
| CRÉDITO - Pessoa Física | 2.314.217 | 7.405.611 | 1.605.283 | 1.132.237 | 3.205.313 | 15.662.661 | 15.792.577 |
| Imobiliário | 68.936 | 514.996 | 33.809 | 11.330 | 51.240 | 680.311 | 713.912 |
| Consignado | 988.742 | 2.670.330 | 818.028 | 785.067 | 1.830.748 | 7.092.915 | 7.414.535 |
| Veículos e Arrendamento Mercantil | 976.700 | 2.942.450 | 500.661 | 184.370 | 730.412 | 5.334.593 | 5.143.019 |
| Cartão de Crédito | 245.023 | 1.081.354 | 221.880 | 132.702 | 546.134 | 2.227.093 | 2.147.493 |
| Outros | 34.817 | 196.482 | 30.905 | 18.767 | 46.779 | 327.749 | 373.618 |
| CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽²⁾ | 184.357 | 1.912.975 | 319.359 | 53.437 | 236.862 | 2.706.990 | 3.189.485 |
| Investimento | 3.929 | 363.244 | 18.903 | - | - | 386.076 | 448.575 |
| Importação e Exportação | 33.452 | 22.236 | - | 27.941 | 8.678 | 92.307 | 151.482 |
| Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida | 102.177 | 821.336 | 281.561 | 7.724 | 181.309 | 1.394.107 | 1.687.896 |
| Outros | 44.800 | 706.160 | 18.895 | 17.771 | 46.875 | 834.500 | 901.531 |
| TOTAL | 2.498.574 | 9.318.586 | 1.924.642 | 1.185.674 | 3.442.175 | 18.369.651 | 18.982.062 |

⁽¹⁾ Operações com características de concessão de crédito e adiantamentos.

⁽²⁾ Inclui os adiantamentos concedidos.

II. Distribuição das operações de crédito por setor de atividade econômica e por tipo de exposição.

R\$ milhares

| CRÉDITO - EXPOSIÇÕES POR SETOR ECONÔMICO | Total | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|----------------|------------------|----------------|-----------------------|------------------|---------------|
| | dez/17 | | | | | | set/17 | | | | | |
| | Agricultura | Comércio | Indústria | Intermed. Financeiros | Serviços | Outros | Agricultura | Comércio | Indústria | Intermed. Financeiros | Serviços | Outros |
| CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽¹⁾ | 437.759 | 913.937 | 255.365 | - | 945.973 | 18.172 | 516.699 | 1.006.404 | 317.870 | 563 | 1.148.159 | 39.598 |
| Investimento | - | - | - | - | 344.054 | - | - | - | - | - | 433.637 | - |
| Importação e Exportação | 20.061 | - | 48.804 | - | - | 5.976 | 66.479 | - | 52.775 | - | - | 14.724 |
| Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida | 417.698 | 157.417 | 141.517 | - | 601.919 | 12.196 | 450.220 | 185.806 | 207.234 | 563 | 714.522 | 24.874 |
| Outros | - | 756.520 | 65.044 | - | - | - | - | 820.598 | 57.861 | - | - | - |
| TOTAL | 437.759 | 913.937 | 255.365 | - | 945.973 | 18.172 | 516.699 | 1.006.404 | 317.870 | 563 | 1.148.159 | 39.598 |

III. Distribuição das operações de crédito por tipo de exposição e pelo prazo a decorrer.

R\$ milhares

| CRÉDITO - PRAZO A DECORRER | Total | | | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | dez/17 | | | | | set/17 | | | | |
| | Até 6 meses | 6 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total | Até 6 meses | 6 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| CRÉDITO - Pessoa Física | 1.116.807 | 1.479.179 | 7.692.100 | 5.495.727 | 15.783.813 | 1.235.664 | 1.261.507 | 7.468.246 | 5.533.071 | 15.498.488 |
| Imobiliário | 2.666 | 5.294 | 51.964 | 611.924 | 671.849 | 2.959 | 5.212 | 53.521 | 638.847 | 700.539 |
| Consignado | 13.013 | 63.642 | 2.187.082 | 4.874.397 | 7.138.134 | 12.991 | 40.855 | 2.163.974 | 4.883.841 | 7.101.661 |
| Veículos e Arrendamento Mercantil | 103.429 | 217.567 | 5.099.846 | 344 | 5.421.186 | 108.387 | 235.621 | 4.849.492 | 321 | 5.193.821 |
| Cartão de Crédito | 985.426 | 1.166.381 | 77.385 | 9.045 | 2.238.238 | 1.097.920 | 952.080 | 85.031 | 10.062 | 2.145.093 |
| Outros | 12.273 | 26.295 | 275.821 | 17 | 314.406 | 13.407 | 27.738 | 316.228 | - | 357.374 |
| CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽¹⁾ | 728.389 | 255.039 | 1.031.734 | 568.172 | 2.583.334 | 922.162 | 204.574 | 1.329.422 | 573.135 | 3.029.293 |
| Investimento | 304.257 | 15.469 | 22.585 | 1.744 | 344.054 | 394.792 | 17.949 | 19.085 | 1.811 | 433.637 |
| Importação e Exportação | 66.568 | 8.272 | - | - | 74.841 | 127.880 | 6.098 | - | - | 133.978 |
| Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida | 339.029 | 204.685 | 780.450 | 18.712 | 1.342.876 | 380.280 | 150.721 | 1.033.548 | 18.670 | 1.583.219 |
| Outros | 18.535 | 26.613 | 228.699 | 547.716 | 821.564 | 19.210 | 29.807 | 276.789 | 552.653 | 878.459 |
| TOTAL | 1.845.196 | 1.734.219 | 8.723.834 | 6.063.899 | 18.367.147 | 2.157.827 | 1.466.081 | 8.797.668 | 6.106.205 | 18.527.781 |

⁽¹⁾ Inclui os adiantamentos concedidos.

IV. Representatividade das 10 e das 100 maiores exposições de crédito.

R\$ milhares

| CRÉDITO - % DAS 10 E 100 MAIORES EXPOSIÇÕES | Total | | | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|---------------|--------|--------|
| | Exposição | | | % da Carteira | | |
| | dez/17 | set/17 | jun/17 | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| 10 Maiores exposições | 402.930 | 405.679 | 418.986 | 2,19% | 2,14% | 2,86% |
| 100 Maiores Exposições | 1.787.025 | 1.894.195 | 2.016.353 | 9,73% | 10,49% | 11,19% |

V. Saldo da provisão para devedores duvidosos por rating.

R\$ milhares

| CRÉDITO - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS | Total | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | CARTEIRA | | | PROVISÃO | | |
| | dez/17 | set/17 | jun/17 | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| Nível | | | | | | |
| A | 14.589.206 | 14.392.307 | 14.649.048 | 72.946 | 71.962 | 73.245 |
| B | 984.484 | 1.158.654 | 1.530.583 | 9.845 | 11.587 | 15.306 |
| C | 727.146 | 823.602 | 847.169 | 21.814 | 24.708 | 25.415 |
| D | 535.718 | 705.779 | 762.019 | 53.572 | 70.578 | 76.202 |
| E | 372.232 | 355.357 | 308.509 | 111.670 | 106.607 | 92.553 |
| F | 330.515 | 201.539 | 194.364 | 165.258 | 100.769 | 97.182 |
| G | 138.566 | 159.212 | 146.711 | 96.996 | 111.448 | 102.698 |
| H | 689.281 | 731.332 | 770.520 | 689.281 | 731.332 | 770.520 |
| TOTAL | 18.367.147 | 18.527.781 | 19.208.922 | 1.221.381 | 1.228.991 | 1.253.120 |

VI. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

R\$ milhares

| PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA | Total | | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------|----------|-----------|-----------------------|-----------------|---------|----------------|------------------|
| | dez/17 | | | | | | | | |
| | Pessoa Física | Agricultura | Comércio | Indústria | Intermed. Financeiros | Serviços | Outros | Órgão Públicos | TOTAL |
| Saldo Inicial set/17 | 829.066 | 146.705 | 81.286 | 29.954 | 10 | 115.721 | 26.122 | 51.319 | 1.280.184 |
| Provisão Constituída Líquida (Write - off) | 81.638 (64.147) | (19.618) | (18.506) | 281 | (10) | 62.466 (46.448) | (3.140) | (6.617) | 96.494 (110.594) |
| Saldo Final dez/17 | 846.557 | 127.087 | 62.781 | 30.236 | - | 131.739 | 22.982 | 44.702 | 1.266.083 |
| VARIAÇÃO DO SALDO | 17.491 | (19.618) | (18.506) | 281 | (10) | 16.018 | (3.140) | (6.617) | (14.101) |

VII. Montante de operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações baixadas para prejuízo, segregado por faixas de atraso.

R\$ milhares

| CRÉDITO - ATRASO POR REGIÃO | Total | | | | | | | | | |
|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| | dez/17 | | | | | set/17 | | | | |
| | Atraso entre 15 e 60 dias | Atraso entre 61 e 90 dias | Atraso entre 91 e 180 dias | Atraso entre 181 e 360 dias | Atraso acima de 360 dias | Atraso entre 15 e 60 dias | Atraso entre 61 e 90 dias | Atraso entre 91 e 180 dias | Atraso entre 181 e 360 dias | Atraso acima de 360 dias |
| SUL | 135.362 | 43.980 | 49.133 | 67.954 | 26.210 | 150.707 | 36.170 | 65.471 | 57.853 | 27.911 |
| SUDESTE | 633.527 | 148.317 | 293.936 | 320.983 | 197.800 | 616.236 | 181.994 | 248.148 | 405.430 | 133.660 |
| CENTRO - OESTE | 82.318 | 30.066 | 39.491 | 60.925 | 79.120 | 125.620 | 20.934 | 90.282 | 74.220 | 63.374 |
| NORTE | 59.705 | 11.907 | 25.689 | 41.212 | 12.067 | 65.551 | 48.542 | 31.429 | 33.611 | 12.161 |
| NORDESTE | 132.976 | 35.421 | 63.477 | 113.603 | 28.924 | 148.600 | 34.600 | 83.084 | 118.524 | 32.767 |
| TOTAL | 1.043.888 | 269.690 | 471.727 | 604.677 | 344.121 | 1.106.715 | 322.239 | 518.413 | 689.637 | 269.873 |

R\$ milhares

| CRÉDITO - ATRASO POR SETOR DE ATIVIDADE | Total | | | | | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| | dez/17 | | | | | set/17 | | | | |
| | Atraso entre 15 e 60 dias | Atraso entre 61 e 90 dias | Atraso entre 91 e 180 dias | Atraso entre 181 e 360 dias | Atraso acima de 360 dias | Atraso entre 15 e 60 dias | Atraso entre 61 e 90 dias | Atraso entre 91 e 180 dias | Atraso entre 181 e 360 dias | Atraso acima de 360 dias |
| CRÉDITO - Pessoa Física | 914.765 | 205.808 | 367.510 | 518.883 | 163.630 | 915.255 | 213.033 | 391.292 | 498.946 | 124.355 |
| CRÉDITO - Pessoa Jurídica ⁽¹⁾ | 129.123 | 63.882 | 104.216 | 85.793 | 180.491 | 191.460 | 109.207 | 127.121 | 190.692 | 145.518 |
| Agricultura | 3.735 | 4.878 | 9.903 | 26.585 | 75.135 | 17.268 | 1.405 | 14.287 | 122.421 | 61.461 |
| Comércio | 2.609 | 3.731 | - | 7.012 | 21.666 | 7.239 | - | 6.962 | 1.847 | 22.295 |
| Indústria | 1.542 | - | 114 | - | 2.212 | 75.824 | 92.092 | - | - | 2.398 |
| Intermediários Financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serviços | 121.238 | 55.274 | 94.199 | 45.655 | 63.182 | 91.129 | 15.710 | 99.377 | 66.424 | 39.535 |
| Outros | - | - | - | 6.541 | 18.295 | - | - | 6.495 | - | 19.829 |
| TOTAL | 1.043.888 | 269.690 | 471.727 | 604.677 | 344.121 | 1.106.715 | 322.239 | 518.413 | 689.637 | 269.873 |

4.1.5. Cessão, Venda e Transferência de Ativos

O Conglomerado Pan atua nacionalmente no mercado de financiamentos comerciais, principalmente nos segmentos de Veículos e Consignado, e segue as informações constantes em seu Plano de Negócios e nas estratégias de alocação de capital. A forte originação dos recebíveis desses financiamentos coloca o Pan em posição destacada para negociar parte de sua carteira própria, antecipando resultados e monetizando seus ativos, para o respectivo reinvestimento. Essa negociação se dá geralmente por meio da cessão definitiva dos créditos para os cessionários adquirentes.

A cessão de crédito é um acordo bilateral pelo qual uma instituição financeira transfere à outra seus direitos de recebimento. Abaixo é apresentado o saldo das exposições cedidas sem coobrigação, no momento da cessão.

R\$ milhares

| CRÉDITO - TIPO DE CESSÃO | Total | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Valor Presente | | | Valor de Cessão | | |
| | dez/17 | set/17 | jun/17 | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| Sem Coobrigação - Sub Total ⁽¹⁾ | 1.312.429 | 1.618.889 | 2.218.172 | 1.875.110 | 2.284.757 | 3.138.437 |
| Crédito Direto ao Consumidor | - | - | - | 82.410 | 88.323 | 77.585 |
| Empréstimo em Consignação | 1.312.429 | 1.618.889 | 2.218.172 | 1.792.700 | 2.196.434 | 3.060.852 |
| Cédula de Crédito Bancário | - | - | - | - | - | - |
| Financiamentos Habitacionais | - | - | - | - | - | - |
| Financiamentos de Empreendimentos Imobiliários | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos com Garantia Imobiliária | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 1.312.429 | 1.618.889 | 2.218.172 | 1.875.110 | 2.284.757 | 3.138.437 |

⁽¹⁾ Tipo de Cessionário: Instituições Financeiras.

4.1.6. Securitização

Em 19 de julho de 2012 foi adquirida pelo Banco Pan a Brazilian Securities, uma companhia securitizadora com objeto social para aquisição de créditos imobiliários, originados por incorporadoras e instituições financeiras, para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI").

A aquisição de créditos pela Brazilian Securities obedece aos procedimentos de seleção por risco e garantia, sendo o crédito aprovado pelas alçadas competentes internas.

O quadro abaixo ilustra os valores da carteira própria de CRI da Brazilian Securities:

Em R\$

| CRI - Lastro Financiamento Imobiliário | | | |
|--|------------|------------|------------|
| | out/17 | nov/17 | dez/17 |
| Sênior | 47.758.990 | 23.668.570 | 23.079.845 |
| Junior | - | - | - |

O quadro a seguir destaca a retenção de risco da Brazilian Securities em função de coobrigação em apenas duas séries de CRI:

Em R\$

| CRI – Série 95-96 - Lastro Financiamento Imobiliário | | | |
|--|---------|---------|---------|
| | out/17 | nov/17 | dez/17 |
| Sênior | 418.381 | 155.967 | 119.712 |

Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

A seguir, são apresentados os valores nocionais referentes às exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

R\$ milhares

| INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Nocional | Prudencial | | |
|---|------------|-----------|------------|
| | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| Nocional - com contraparte central (bolsa) | 7.478.841 | 8.309.439 | 10.948.750 |
| Nocional - sem contraparte central (balcão) | 6.717.683 | 7.342.299 | 2.742.019 |
| Com garantia | 6.148.838 | 6.715.000 | 2.089.268 |
| Sem garantia | 568.845 | 627.299 | 652.750 |

Abaixo, são apresentadas as exposições bruta e global relativas às exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

R\$ milhares

| INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Valor MtM | Prudencial | | |
|--------------------------------------|-------------|-----------|---------|
| | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| Valor positivo bruto | 1.188.609 | 1.080.122 | 184.331 |
| (-) Garantias | (1.017.242) | (946.259) | - |
| Exposição global | 171.367 | 133.863 | 184.331 |

4.2. RISCO DE MERCADO

Neste item são descritos os principais aspectos referentes à gestão do risco de mercado e apresentada a composição das carteiras do Conglomerado Pan.

4.2.1. Definição

Risco de Mercado é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Conglomerado Prudencial Pan, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

4.2.2. Políticas e estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de mercado em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

Como principais atribuições da área de Controle de Risco de Mercado, destacam-se:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;

- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

4.2.3. Determinação das carteiras *trading* e *banking*

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco Pan deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco Pan nas carteiras.

I. *Trading book* (negociação)

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a “hedge” de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

II. *Banking book* (carteira bancária)

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a “hedge” de outros elementos desta carteira.

4.2.4. Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

I. *Trading book* (negociação)

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – *Value at Risk*):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado é de 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais.
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;

A área de Controle de Risco de Mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Conglomerado Pan, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Conglomerado Pan, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

II. Risco de Taxa de Juros da carteira bancária (Banking Book)

Para a mensuração do risco de taxa de juros da carteira bancária, adota-se a metodologia de marcação a mercado por fator primitivo de risco e por vencimento das posições ativas e passivas, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros através da abordagem de valor econômico Valor em Risco (VaR – Value at Risk).

A metodologia de Valor em Risco corresponde a perda máxima potencial de uma carteira, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. É apurado com um nível de confiança de 95% e um horizonte de tempo aplicado levando em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. Para apuração das volatilidades e correlações é adotado modelo paramétrico de decaimento EWMA (Exponentially Weighted Moving Average).

Para as carteiras de empréstimos, é utilizada a premissa de liquidação antecipada, onde os vencimentos originais das operações de crédito são ajustados para melhor refletir o comportamento esperado dos clientes.

Para os passivos que possuem data de liquidez anterior à data de vencimento definida, são considerados os vencimentos contratuais originais.

Para os instrumentos que não possuem vencimento definido, como depósitos à vista, não é realizado nenhum tipo de modelagem estatística.

Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07.

4.2.5. Exposição ao Risco de Mercado

Abaixo são apresentadas as exposições ao risco de mercado dos últimos 3 trimestres.

R\$ milhares

| EXPOSIÇÃO - TRADING BOOK | Prudencial | | | | | |
|--------------------------|------------|---------|----------|---------|-----------|---------|
| | dez/17 | | set/17 | | jun/17 | |
| | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida |
| Fatores de Risco | | | | | | |
| Taxa de Câmbio | - | 1.660 | - | 3.178 | - | 10.813 |
| Taxa de Juros | 25.060 | 21.642 | 738.331 | 176.049 | 2.168.698 | 29.404 |
| Ações | - | - | - | - | - | - |
| Commodities | - | - | - | - | - | - |

A seguir as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria e liquidadas em contraparte central.

Valor MTM - R\$ milhares

| EXPOSIÇÃO EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NO BRASIL - CONTRAPARTE CENTRAL | Prudencial | | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | dez/17 | | set/17 | | jun/17 | |
| | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida |
| Fatores de Risco | | | | | | |
| Taxa de Câmbio | 65.606 | 181.043 | 65.383 | 191.480 | 67.459 | 290.579 |
| Taxa de Juros | 17.325.863 | 19.907.242 | 16.582.614 | 19.773.563 | 12.938.303 | 18.038.021 |
| Ações | - | - | - | - | - | - |
| Commodities | - | - | - | - | - | - |

A seguir as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria e não liquidadas em contraparte central.

Valor MtM - R\$ milhares

| EXPOSIÇÃO EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NO BRASIL - BALCÃO | Prudencial | | | | | |
|---|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | dez/17 | | set/17 | | jun/17 | |
| | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida | Comprada | Vendida |
| Fatores de Risco | | | | | | |
| Taxa de Câmbio | 1.766.600 | 22.802 | 1.809.795 | 66.328 | 1.952.754 | 90.243 |
| Taxa de Juros | 4.931.268 | 6.706.041 | 5.592.842 | 7.455.490 | 1.778.957 | 3.624.599 |
| Ações | - | - | - | - | - | - |
| Commodities | - | - | - | - | - | - |

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Neste item são descritos os principais aspectos referentes à gestão do risco de liquidez no Conglomerado Pan.

4.3.1. Definição

O Risco de Liquidez é o risco associado à possibilidade de o Conglomerado Prudencial Pan não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

4.3.2. Políticas e estratégias

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

Como principais atribuições da área de Controle de Risco de Liquidez, destacam-se:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A área de Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Pan, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 252 dias úteis, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez de curto prazo do Conglomerado Pan.

4.3.3. Plano de Contingência

O Plano de Contingência do Conglomerado contempla uma série de ações previamente analisadas e aprovadas pelas alçadas competentes, que devem ser avaliadas para utilização em caso de situações de estresse de liquidez, desde que acionados certos gatilhos.

O plano é reavaliado e revisado periodicamente, e todas as ações de contingência nele previstas devem ser realizadas de acordo com os princípios contidos na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, baseando-se também na regulamentação vigente, além de ser adequadamente documentadas.

4.4. RISCO OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS

4.4.1. Definições

Risco Operacional: é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do PAN.

Risco Legal: é o risco de perdas associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado Prudencial PAN, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelas instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial PAN.

Controles: qualquer ação, política, procedimento, regra, e mecanismo desenvolvido para assegurar que eventos indesejáveis sejam prevenidos, detectados ou corrigidos, de forma que as atividades sejam realizadas a contento e que os objetivos sejam alcançados. Os controles são fatores de sucesso chaves no processo de gerenciamento dos riscos operacionais.

Sistema de Controles Internos: conjunto de políticas, normas, procedimentos e atividades, definidos e implantados, com o propósito de mitigar os riscos e reduzir a possibilidade de perdas financeiras e/ou desgaste da imagem institucional; além de possibilitar uma melhor qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais; bem como salvaguardar a conformidade do PAN com as legislações e regulamentações em vigor.

4.4.2. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

É composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Está baseada no conceito das três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas e produtos sob sua responsabilidade, a área de Riscos Não Financeiros e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos, e pôr fim a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

Deve estar adequada e consistentemente documentada através das políticas e normas, e seu processo decisório obedece à governança e as alçadas vigentes.

4.4.3. Processo de Gerenciamento de Risco Operacional e Legal

a. Etapas do Processo de Gerenciamento de Risco Operacional:

As etapas presentes no processo de gerenciamento de riscos operacionais são: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte, e são realizadas de acordo com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a exposição ao risco.

O risco operacional, devido sua natureza complexa, possui características tanto subjetivas quanto objetivas. São utilizadas metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, assim como metodologias quantitativas, como, por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de risco, performance e controle para garantir que o gerenciamento dos riscos operacionais seja efetivo e agregue valor à instituição

As metodologias de Risco Operacional e Controles Internos e suas respectivas atuações no ciclo de gerenciamento são normatizadas e devem estar disponíveis a todos os gestores responsáveis.

O monitoramento e controle das exposições aos riscos operacionais, assim como a dos planos de ação para mitigação destas exposições, são realizados de forma consolidada pela área de Riscos Não Financeiros, que é uma unidade independente e segregada das atividades das unidades de negócio / suporte e da Auditoria Interna, de forma a preservar a imparcialidade dos trabalhos realizados e evitar conflitos de interesses.

As novas atividades e produtos que impliquem em criação ou alteração relevante de processos, procedimentos ou sistemas, devem seguir o processo de aprovação de produtos, no qual é realizada a identificação e avaliação prévia dos riscos inerentes, com emissão de parecer sobre adequação dos procedimentos, controles e limites existentes ou a serem implantados no Conglomerado.

Relatórios com as informações relevantes para o gerenciamento e controle dos riscos operacionais são confeccionados, apresentados e enviados pela área de Riscos Não Financeiros, mensalmente, à Diretoria.

b. Etapas do Processo do Gerenciamento de Risco Legal:

A área Jurídica tem um papel fundamental na atuação preventiva deste risco. Ela atua preventivamente no gerenciamento do risco legal por meio de:

- (i) elaboração e revisão periódica dos instrumentos jurídicos para formalizar as transações com clientes ou terceiros de forma a adequá-los à legislação aplicável;
- (ii) identificação de alterações nas legislações vigentes que possam impactar em tais transações;
- (iii) monitoramento dos processos judiciais e administrativos;
- (iv) consultoria jurídica de diversas naturezas, tais como cíveis, tributárias, trabalhistas, dentre outras.

4.4.4. Responsabilidades

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida no Grupo PAN e nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional e legal, temos as responsabilidades descritas a seguir.

a. Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital

É responsável por garantir o adequado e efetivo funcionamento da estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal. Suas atribuições, no que diz respeito ao risco de operacional e legal, constam em seu regimento interno vigente.

b. Jurídico

É responsável por atuar, junto às áreas de negócio / suporte, na prevenção do risco legal, abordando todos os impactos legais, jurídicos e de riscos relacionados a eventuais produtos, instrumentos jurídicos ou atividades relacionadas aos negócios

Atua preventivamente, por meio das diversas áreas de atuação internas da área Jurídica, no acompanhamento de eventuais alterações na legislação vigente que possam impactar as transações do Conglomerado. É responsável pelo gerenciamento efetivo do risco legal das ações judiciais, buscando as melhores soluções jurídicas e subsídios para a gestão processual de tais ações. Nesse sentido, tem como principais atribuições, no que se refere à gestão processual: recepcionar, avaliar, conduzir e monitorar todos os processos, bem como reportar à Diretoria e às áreas de negócios / suporte, informações consolidadas das ações; gerir os escritórios de assessoria jurídica, prezando pela qualidade dos serviços prestados; monitorar as principais causas que podem potencialmente gerar ações judiciais, com o objetivo de buscar soluções estratégicas com vistas a mitigar o risco de ajuizamento de novas ações judiciais.

c. Área de Controle de Riscos Não Financeiros

É responsável, como segunda linha de defesa, pela adequação da estrutura de gerenciamento de riscos operacionais, que os riscos sejam corretamente identificados, avaliados e mensurados, pelos gestores responsáveis, e que estejam de acordo com os limites definidos e dentro do apetite a risco aprovado. Dessa forma, tem como principais atribuições: definir e disseminar os conceitos de risco operacional; elaborar, sugerir e submeter ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional; elaborar, sugerir e submeter ao Comitê de Riscos, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles; monitorar e controlar a exposição ao risco operacional do Conglomerado, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Grupo PAN.

d. Gestores de Negócio / Suporte

São responsáveis pela gestão dos riscos, novos ou existentes, nos processos, nos produtos, nos sistemas e nas atividades de sua responsabilidade, inclusive relativas às funções cujas atividades são executadas por empresas terceirizadas, de acordo com as diretrizes, os princípios e as atribuições definidas nesta política e nas demais normas e políticas relacionadas ao gerenciamento do risco operacional e legal, assegurando que as exposições a estes riscos estejam dentro dos limites operacionais definidos e em alinhamento com as estratégias da instituição.

4.4.5. Políticas Estratégicas

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional e Legal estabelece diretrizes, princípios e responsabilidades relativos ao gerenciamento do risco operacional e legal, incluindo a avaliação dos controles internos, em consonância às melhores práticas de governança corporativa do Grupo PAN, visando fortalecer o sistema de controles internos e mitigar as perdas por riscos operacionais

e legais do Conglomerado, manter a exposição a estes riscos em níveis adequados e cumprir com os requerimentos regulatórios.

4.5. GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

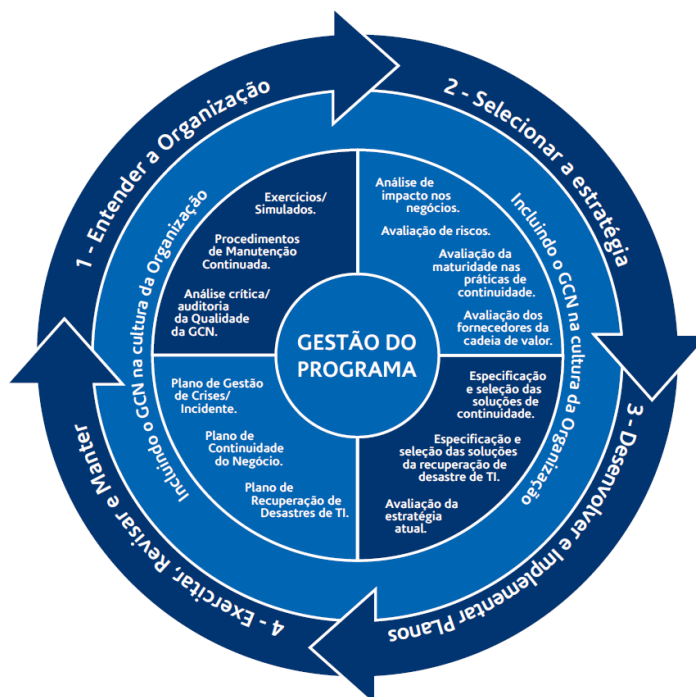
A gestão de continuidade de negócios refere-se ao processo para definir estrategicamente e documentar a forma de tratamento em situações de interrupções, crises ou desastres, visando:

- Estabelecer os procedimentos necessários a serem utilizados pelas áreas (de negócios e de suporte) em eventos de interrupção, crise ou desastre, de maneira a limitar as perdas decorrentes desses eventos;
- Assegurar a retomada dos processos e dos sistemas considerados essenciais para o Pan, em tempo hábil e com a capacidade mínima necessária de recursos;
- Evitar ou minimizar o impacto no atendimento aos clientes.

A metodologia do Pan está alinhada com as exigências regulatórias do CMN e do BACEN – Resolução CMN 3.380/06, com as boas práticas de mercado e com os *frameworks*³ de institutos internacionalmente reconhecidos como referenciais para o tema continuidade de negócios:

- NBR /ISO 22301
- DRII (*Disaster Recovery Institute International*) BCP/DRP Guidelines.

A metodologia permeia o ciclo que contempla todos os passos necessários para garantir a constante atualização e eficácia do Programa de Gestão de Continuidade de Negócios.



a) Cenários de GCN:

Trabalhamos com 4 cenários para continuidade dos negócios que visam abranger todas as ameaças de ruptura para os riscos relacionados à GCN, a saber:

³ Descrição de conceitos básicos de mercado para apresentação de demonstrações financeiras internacionais.

- **Indisponibilidades de TI:** qualquer indisponibilidade de recursos de TI, sejam eles servidores, bancos de dados, aplicações, switches, roteadores, desktops, Impressoras, telefones, tokens ou qualquer outro equipamento de tecnologia utilizado em processos críticos.
- **Indisponibilidades do ambiente físico:** qualquer indisponibilidade ou dificuldade de acesso ou permanência no ambiente de trabalho que afete equipes atuando em processos críticos do banco, como por exemplo problemas relacionados à climatização, problemas hidráulicos, elétricos, de iluminação e obras.
- **Indisponibilidades de Pessoas:** qualquer situação que possa vir a causar ou que cause ausência de um número considerável de pessoas que atuem em processos críticos do banco, como por exemplo: greves dos bancários, metros e ônibus, pandemias e surtos epidêmicos (casos de caxumba, H1N1, febre amarela, etc).
- **Indisponibilidades de Fornecedores:** problemas de indisponibilidade em ambientes externos de TI, Físicos e pessoas nos fornecedores e terceiros que causem ou possam vir a causar interrupções nos produtos / serviços necessários aos processos críticos do banco, como por exemplo links de dados, sistemas SaaS, equipes em *outsourcing* que executem processos críticos do Banco, etc.

b) Riscos e Nível de Impactos

Os riscos analisados por GCN em seus diversos processos (análise de impacto dos negócios, análise de fornecedores e gestão de crises) são: financeiro, imagem e reputação; regulatório e legal; operacional e perda de dados. Como premissa GCN atua especificamente nos riscos com nível de impacto alto e extremo.

4.5.1. Gestão de Crises

De acordo com os diferentes níveis de impacto, um evento deve então ser classificado da seguinte maneira:

Incidente: Qualquer evento de natureza interna ou externa negativo à imagem e à operação do Banco Pan. Fato que pode causar problemas a colaboradores, clientes, à reputação ou a seus resultados financeiros. Pode ou não virar uma ameaça.

Ameaça: Incidente que deixa de ser um mero problema temporário e passa a representar um risco de impacto prejudicial à imagem e à operação do Banco PAN. Pode ou não virar uma crise.

Crise: Ameaça concretizada. Fato ou acontecimento real ou iminente cuja consequência efetivamente causará impacto prejudicial à imagem e à operação do Banco PAN.

4.5.2. Prevenção à crise:

Atuação preventiva em tempo de incidente e/ou ameaça de crise com objetivo de identificar os riscos e evitar a crise.



4.5.3. Tipos de crise e definições

Para determinar as possíveis crises para as quais o Banco Pan deve estar preparado, desenvolveu-se uma relação, incluindo-se ainda outros possíveis riscos detectado.

Patrimoniais: Crises que envolvam ou afetem diretamente a utilização ou o acesso ao local de trabalho. Atuação em eventos relacionados à Elétrica, Hidráulica, Ar-condicionado e Acesso.

Tecnologia: Interrupção de atividades ou falhas da infraestrutura tecnológica. Pode acarretar a perda de negócio ou vantagem competitiva decorrente da impossibilidade de recuperação da informação ou atrasos em sua disponibilidade. Atuação em eventos relacionados à Sistemas, Infra servidores, *storages*, Rede e Telecom.

Pessoas: Crises associadas à indisponibilidade de pessoas necessárias à execução dos processos críticos de negócio. Atuação em eventos relacionados à Pandemias, Acidentes, Transporte, Manifestações e Relações Trabalhistas.

4.6. RISCO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O Conglomerado Prudencial Pan tem participação societária nas seguintes empresas:

Valor MtM - R\$ milhares

| PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS | Segmentação | Valor Contábil | | |
|--------------------------------------|-----------------|----------------|---------|---------|
| | | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| Bm Sua Casa Promotora de Vendas Ltda | Capital fechado | 209.951 | 205.668 | 205.226 |
| Brazilian Finance & Real Estate S.A. | Capital fechado | 152.645 | 156.983 | 152.004 |

O risco de participações societárias é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de participações societárias não classificadas na carteira de negociação. No Pan, estas empresas não fazem parte do escopo de consolidação do conglomerado prudencial.

O Pan detém estas participações societárias principalmente por razões estratégicas.

A contabilização destes investimentos é aderente às regras estabelecidas pelo Bacen, descritas nas Normas Básicas COSIF, que possuem em seu conteúdo as regras ou métodos de avaliação dos investimentos e as metodologias aplicadas a cada situação, como por exemplo, a equivalência patrimonial.

O valor do requerimento de capital relativo a essas participações em 29 de dezembro de 2017 foi de R\$ 38.072.571,26.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O BACEN, seguindo as recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, publicou a Resolução CMN nº 3.988/11, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. O Conglomerado Pan aplica as definições de gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) Monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado Pan;
- (ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- (iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O Conglomerado Pan realiza a avaliação e acompanhamento dos seus riscos relevantes, tanto aqueles que compõem seu RWA como os demais riscos, como o de taxa de juros da carteira de não-negociação, inclusive seus impactos na necessidade adicional de capital, e o risco de liquidez.

O processo de monitoramento de capital é realizado de forma tempestiva, buscando garantir a adequação de capital aos níveis definidos no planejamento estratégico.

O Conglomerado Prudencial Pan deve manter em sua estrutura capital suficiente para suportar o risco incorrido em suas posições. A mensuração de capital, efetuada a partir das metodologias padronizadas, atende aos requisitos previstos nas Resoluções CMN 4.192/13, 4.193/13 e demais normativos relacionados.

5.1. Acordo de Basileia III

Em resposta à crise financeira global de 2007/2008, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) emitiu um conjunto de recomendações ao sistema bancário mundial que ficou conhecido como BASILEIA III. Seu objetivo principal é tornar o sistema financeiro mais resiliente, reduzir os custos das crises bancárias e amparar o crescimento sustentável do sistema bancário, por meio de recomendações de melhores práticas e, principalmente, aumento da qualidade e da quantidade do capital.

Em outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BACEN começaram a implementar, no Brasil, as modificações propostas por Basileia III no que tange à alocação e ao cálculo de capital, por meio de diversas resoluções e circulares.

Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital exigido.

Em Basileia III, são 3 indicadores que devem ser comparados ao RWA total, com seus respectivos adicionais de conservação que podem ser estipulados pelo regulador. Na prática, o BACEN exigirá pelo menos o mínimo estipulado como capital adicional.

A tabela a seguir apresenta os valores mínimos de (i) Capital Principal, (ii) Nível I e (iii) PR em relação ao RWA, que devem ser mantidos pelos Conglomerados Prudenciais.

| VALOR DO ITEM/RWA | out/13 | jan/14 | jan/15 | jan/16 | jan/17 | jan/18 | jan/19 |
|--|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|-------------|
| Capital Principal | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 4,5% |
| Capital Principal + Conservação (mínimo) | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 5,1% | 5,8% | 6,4% | 7,0% |
| Capital Principal + Conservação (máximo) | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 5,8% | 7,0% | 8,3% | 9,5% |
| Nível I | 5,5% | 5,5% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% |
| Nível I + Conservação (mínimo) | 5,5% | 5,5% | 6,0% | 6,6% | 7,3% | 7,9% | 8,5% |
| Nível I + Conservação (máximo) | 5,5% | 5,5% | 6,0% | 7,3% | 8,5% | 9,8% | 11,0% |
| Patrimônio de Referência (PR) | 11,0% | 11,0% | 11,0% | 9,875% | 9,25% | 8,625% | 8,0% |
| PR + Conservação (mínimo) | 11,0% | 11,0% | 11,0% | 10,5% | 10,5% | 10,5% | 10,5% |
| PR + Conservação (máximo) | 11,0% | 11,0% | 11,0% | 11,1% | 11,8% | 12,4% | 13,0% |

5.2. Políticas e Estratégias

A Política de Gerenciamento de Capital possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do capital, em consonância com o plano estratégico e as melhores práticas de governança do Grupo Pan, visando resguardar sua solvência e liquidez, manter os níveis de capital dentro dos limites aprovados e cumprir as exigências regulatórias aplicáveis.

Como principais atribuições da área de Gerenciamento e Controle de Capital, destacam-se:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o capital dentro dos limites estabelecidos e aprovados;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento de Capital, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Garantir o entendimento e atendimento às regras regulatórias aplicáveis;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao capital e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de gerenciamento de capital.

5.3. Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial para o cumprimento dos limites operacionais definidos pelo BACEN, e é composto pelo Nível I e pelo Nível II (Resolução CMN 4.192/13).

O PR Nível I é composto pelo Capital Principal (capital social; reservas de capital, de reavaliação e de lucros; lucros acumulados; algumas deduções; e ajustes prudenciais) e pelo Capital Complementar (instrumentos elegíveis; e algumas deduções). O PR Nível II é composto por instrumentos que atendam critérios de elegibilidades mínimos como, por exemplo, instrumentos de dívidas subordinadas.

O quadro a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial Pan, nos últimos 3 trimestres.

R\$ milhões

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| ITEM PATRIMONIAL | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| PR | 2.416.220 | 2.393.343 | 2.323.298 |
| NÍVEL I | 1.784.926 | 1.762.776 | 1.693.256 |
| CAPITAL PRINCIPAL | 1.784.926 | 1.762.776 | 1.693.256 |
| Patrimônio Líquido Conglomerado Pan | 3.555.824 | 3.522.413 | 3.460.210 |
| (-) Ajustes Prudenciais (1) | (1.770.898) | (1.759.636) | (1.766.954) |
| CAPITAL COMPLEMENTAR | - | - | - |
| NÍVEL II | 631.294 | 630.567 | 630.042 |
| Instrumentos de Dívida Subordinada | 631.294 | 630.567 | 630.042 |

5.4. Dívidas Subordinadas por prazo de vencimento

O Conglomerado Pan utiliza 2 instrumentos de dívidas subordinadas autorizados a compor seu PR Nível II. O quadro abaixo apresenta um resumo destes instrumentos, bem como seus prazos de vencimento, taxa de juros, periodicidade de pagamento de juros e valor notional.

US\$ Milhares

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | | |
|--------------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------------|----------|
| INSTRUMENTO FINANCEIRO DE DÍVIDA | Vencimento | Taxa de Juros (% a.a - 360) | Periodicidade Juros (meses) | Notional |
| Dívida Subordinada - Emissão Externa | 23/04/2020 | 8,50 | 6 | 456.792 |

R\$ Milhares

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | | |
|----------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------------|----------|
| INSTRUMENTO FINANCEIRO DE DÍVIDA | Vencimento | Taxa de Juros (% a.a - 360) | Periodicidade Juros (meses) | Notional |
| Letras Financeiras Subordinadas | 05/04/2019 | 5,60 | - | 100.000 |

5.5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193/13, para fins de cálculo dos requerimentos mínimos de capital pela metodologia padronizada, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), que corresponde à soma das seguintes parcelas (nova nomenclatura utilizada pelo BACEN e decorrente das alterações de Basileia III).

$$RWA = \underbrace{RWACPAD}_{\text{Crédito}} + \underbrace{RWAJUR + RWACOM + RWAACS + RWACAM}_{\text{Mercado}} + \underbrace{RWAOPAD}_{\text{Operacional}}$$

Em que:

- **RWACPAD**: parcela referente às exposições ao risco de crédito.
- **RWAJUR**: parcela referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, cupons de moedas estrangeiras, cupons de índices de preços e cupons de taxas de juros.
- **RWACOM**: parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*).
- **RWAACS**: parcela referente às exposições sujeitas à variação de preço de ações.

- **RWACAM**: parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

- **RWAOPAD**: parcela referente ao risco operacional.

O quadro a seguir apresenta a composição do RWACPAD do Conglomerado Pan, nos últimos 3 trimestres, por Fator de Ponderação de Risco (FPR).

R\$ milhões

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| FATOR DE PONDERAÇÃO | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| FPR 0% | - | - | - |
| FPR 2% | 80 | 126 | 129 |
| FPR 10% | - | - | - |
| FPR 20% | 11.858 | 44.789 | 79.787 |
| FPR 35% | 38.705 | 40.233 | 41.825 |
| FPR 50% | 3.540.721 | 3.595.016 | 3.283.600 |
| FPR 75% | 7.333.796 | 7.446.887 | 8.351.642 |
| FPR 85% | 325.853 | 457.526 | 688.004 |
| FPR 100% | 3.488.736 | 4.425.135 | 4.596.036 |
| FPR 125% | - | - | - |
| FPR 150% | - | - | - |
| FPR 250% | 521.329 | 625.877 | 607.895 |
| FPR 300% | 322.629 | 320.972 | 317.577 |
| FPR 1.012,65% | - | - | - |
| RWACPAD (Risco de Crédito) - TOTAL | 15.583.707 | 16.956.561 | 17.966.496 |
| RWACPAD (Risco de Crédito) - MÉDIA | 16.229.576 | 17.416.155 | 18.081.009 |

*A partir de jan/16 o FPR 909% passa a ser FPR 1.013% devido às alterações de Basileia III

O quadro a seguir apresenta a exigência de capital do Conglomerado Pan, nos últimos 3 trimestres, das parcelas referentes ao risco de mercado.

R\$ milhões

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| FATOR DE RISCO | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| RWA - RISCO DE MERCADO | 195.002 | 304.357 | 265.545 |
| RWA JUR | 163.826 | 263.673 | 256.867 |
| RWA JUR1 - Pré-fixados | 155.596 | 229.980 | 256.611 |
| RWA JUR2 - Cupom de Moedas | 351 | 32 | 256 |
| RWA JUR3 - Índice de Preços | 7.879 | 33.661 | - |
| RWA JUR4 - Cupom Tx de Juros | - | - | - |
| RWA CAM | 31.176 | 40.684 | 8.678 |

5.6. Requerimentos de Capital

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital referentes à Basileia III, nos últimos 3 trimestres.

R\$ milhões

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| ITEM PATRIMONIAL | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| PR | 2.416.220 | 2.393.343 | 2.323.298 |
| NÍVEL I | 1.784.926 | 1.762.776 | 1.693.256 |
| CAPITAL PRINCIPAL | 1.784.926 | 1.762.776 | 1.693.256 |
| CAPITAL COMPLEMENTAR | - | - | - |
| NÍVEL II | 631.294 | 630.567 | 630.042 |
| RWA TOTAL | 18.137.752 | 19.619.962 | 20.006.504 |
| RWA CPAD - Risco de Crédito | 15.583.707 | 16.956.561 | 17.966.496 |
| RWA - Risco de Mercado | 195.002 | 304.357 | 265.545 |
| RWA OPAD - Risco Operacional | 2.359.044 | 2.359.044 | 1.774.463 |
| RBAN | 6.894 | 14.703 | 23.949 |
| CAPITAL PRINCIPAL/RWA (ICP) | 9,8% | 9,0% | 8,5% |
| NÍVEL I/RWA (IN 1) | 9,8% | 9,0% | 8,5% |
| PR/RWA - ÍNDICE DE BASILEIA (IB) | 13,3% | 12,2% | 11,6% |
| MARGEM DE SUFICIÊNCIA DE CAPITAL | 469.939 | 318.544 | 198.666 |

5.7. Valor de Capital Mitigado

O quadro a seguir apresenta a exposição mitigada pelos instrumentos definidos no §3º do artigo 36 da Circular BACEN nº 3.644/13, de acordo com seu FPR.

R\$ milhares

| CONGLOMERADO PRUDENCIAL | | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| TIPO DE MITIGADOR | Mitigador | dez/17 | set/17 | jun/17 |
| Depósitos a prazo de instrumentos de emissão própria e mantidos na própria instituição (sem descasamento entre moedas) e acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações (1) | 0% | 696.079 | 162.967 | 217.813 |
| Depósitos a prazo de instrumentos de emissão própria e mantidos na própria instituição (com descasamento entre moedas) | 20% | 6.151 | 15.963 | 29.673 |
| Repasse de descontos em folha de pagamento ou em benefícios de aposentadoria, realizado por instituições governamentais federais vinculados a operações de crédito consignado | 50% | 5.415.151 | 5.266.595 | 4.456.565 |

(1) Artigo 36 § 3º da Circular 3.644/13.

5.8. Projeções de Capital

O Pan realiza a avaliação e acompanhamento dos seus riscos relevantes, tanto aqueles que compõem seus Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) como os demais riscos, como o de taxa de juros da carteira de não-negociação, o risco de liquidez e o risco de concentração, inclusive seus impactos na necessidade adicional de capital. O processo de monitoramento de capital é realizado de forma tempestiva, buscando garantir a adequação de capital aos níveis definidos no planejamento estratégico.

Dentro do processo de monitoramento de capital, é avaliada a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que Conglomerado Prudencial está sujeito. Assim, elabora-se o Plano de Capital, que contempla:

- Metas e projeções de capital no horizonte de 5 anos.
- Principais fontes de capital; e
- Plano de contingência de capital, nos casos de desenquadramentos ou necessidades adicionais.

Outros fatores considerados na elaboração do plano de capital são:

- Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios.
- Elaboração de projeções de valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas.
- Definição de metas de crescimento ou de participação no mercado.
- Política de distribuição de resultados.
- Atualização e aprovação periódica pelo Conselho de Administração do Banco Pan.

5.9. Razão de Alavancagem (RA)

Alinhado às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, o BACEN aprovou a Circular 3.748/15, que entrou em vigor em outubro/15 e dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). As recomendações de Basileia têm o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A RA foi introduzida com vistas a restringir a alavancagem excessiva dos bancos – e, portanto, os potenciais efeitos negativos que um processo de desalavancagem poderia acarretar para o sistema financeiro – e reforçar os requisitos baseados em risco com uma simples medida de recuo não ponderada pelo risco.

O cálculo da RA é basicamente definido como a razão entre o capital Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e o total de exposições da instituição. Trata-se de uma medida simples, transparente e não sensível a risco que complementa o requerimento mínimo de capital já existente no arcabouço prudencial brasileiro, oferecendo uma salvaguarda adicional aos modelos de mensuração de risco existentes.

Em 29 de dezembro de 2017, o Índice de Alavancagem do Pan atingiu 7,22%.

A seguir são apresentados o “Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem” (Anexo I da Circular BACEN nº 3.748/15) e a Razão de Alavancagem (Anexo II da Circular BACEN nº 3.748/15).

ANEXO I:

R\$ Milhares

| Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem - Dez/17 | |
|---|-------------------|
| Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas | 25.834.324 |
| Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil | 72.072 |
| Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente | - |
| Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos | 26.719 |
| Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários | 179.347 |
| Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial | 462.629 |
| Outros ajustes | - 1.851.669 |
| Exposição Total | 24.723.422 |

ANEXO II:

R\$ Milhares

| Razão de Alavancagem (RA) - Dez/17 | |
|---|-------------------|
| Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial | |
| Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas | 24.719.403 |
| Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I | - 1.853.285 |
| Total das exposições contabilizadas no Balanço Patrimonial | 22.866.118 |
| Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos | |
| Valor de reposição em operações com derivativos. | 171.367 |
| Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos | 26.719 |
| Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos | - |
| Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada | - |
| Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação | - |
| Valor de referência ajustado em derivativos de crédito | - |
| Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito | - |
| Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos | 198.087 |
| Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) | |
| Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM | 1.017.242 |
| Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM | - |
| Valor relativo ao risco de crédito da contraparte | 179.347 |
| Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação | - |
| Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários | 1.196.588 |
| Itens não Contabilizados no Balanço Patrimonial | |
| Valor de referência das operações não contabilizadas no BP | 1.704.062 |
| Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP | - 1.241.433 |
| Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial | 462.629 |
| Capital e Exposição total | |
| Nível I (A) | 1.784.926 |
| Exposição Total (B) | 24.723.422 |
| Razão de Alavancagem (A/B) | 7,22% |